

**CENTRO UNIVERSITÁRIO BARÃO DE MAUÁ
HISTÓRIA**

CAIO TREVISAN TEODORO SILVA

**A FORMAÇÃO DOS APARELHOS REPRESSIVOS NO INÍCIO DO REGIME
MILITAR**

**Ribeirão Preto
2022**

CAIO TREVISAN TEODORO SILVA

**A FORMAÇÃO DOS APARELHOS REPRESSIVOS NO INÍCIO DO REGIME
MILITAR**

Trabalho de conclusão de curso de
História do Centro Universitário Barão de
Mauá para a obtenção do título de
licenciado.

Orientador: Prof. Dr. Felipe Ziotti Narita.

Ribeirão Preto
2022

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

S579f

Silva, Caio Trevisan Teodoro

A formação dos aparelhos repressivos após o início do regime militar / Caio Trevisan Teodoro Silva - Ribeirão Preto, 2022.

30p.

Trabalho de conclusão do curso de História do Centro Universitário Barão de Mauá

Orientador: Dr. Felipe Ziotti Narita

1. Repressão 2. Estado 3. Golpe I. Narita, Felipe Ziotti II. Título

CDU 94(81).088

Bibliotecária Responsável: Iandra M. H. Fernandes CRB⁸ 9878

CAIO TREVISAN TEODORO SILVA

**A FORMAÇÃO DOS APARELHOS REPRESSIVOS NO INÍCIO DO REGIME
MILITAR**

Trabalho de conclusão de curso de História
do Centro Universitário Barão de Mauá
para a obtenção do título de licenciado.

Data de aprovação: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Felipe Ziotti Narita
Centro Universitário Barão de Mauá – Ribeirão Preto

Prof. Me. Yuri Araujo Carvalho
Centro Universitário Barão de Mauá – Ribeirão Preto

Prof. Me. José Faustino de Almeida Santos
Centro Universitário Barão de Mauá – Ribeirão Preto

**Ribeirão Preto
2022**

RESUMO

Na atual conjuntura da democracia brasileira, o estudo do regime político antecedente se faz necessário como elemento essencial para um entendimento claro de como algumas figuras e ideais adentraram a República e se perpetuaram até hoje. Além disso, um olhar sobre a configuração do Estado no tempo nos fornece subsídios para captarmos de onde advém diversos problemas administrativos em meio aos órgãos públicos, uma vez que seus vestígios restam como permanências históricas. Esse estudo, portanto, analisa o regime militar brasileiro, destacando a construção dos aparelhos de repressão como ferramentas para a legitimação do poder militar. Por meio da discussão com a bibliografia especializada e análise documental, a partir de documentos consultados junto ao Projeto República UFMG, o trabalho investiga os processos institucionais que construíram o Estado no final dos anos 1960.

Palavras-chave: Repressão. Estado. Golpe. Ossatura institucional.

RESUMEN

Frente a la situación actual de la democracia brasileña, el estudio del régimen político anterior es necesario como elemento esencial para comprender claramente cómo algunas figuras e ideales entraron en la República y se han perpetuado hasta hoy. Además, una mirada a la configuración del Estado a lo largo del tiempo nos proporciona subsidios para captar dónde surgen diversos problemas administrativos en el seno de los organismos públicos, ya que sus huellas quedan como permanencia histórica. Este estudio, por tanto, vuelve los ojos a nuestro pasado reciente para comprender el proceso que se extiende hasta el momento de nuestra presentación. Y como se indica más adelante, no se trata de una investigación totalmente original, sino de una contribución a través de lentes conceptuales que apuntan a una lectura descendente, a partir de las decisiones de la alta dirección. En resumen, nos preocupan los opresores y su legado para el país.

Palabras clave: Represión. Estado. Golpe. Estructura Ósea institucional.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	6
2 OS ANTECEDENTES.....	9
2.1 Conjuntura Internacional	9
2.2 Os antecedentes nacionais	12
2.3 Esclarecimentos teóricos	15
3 OS APARELHOS	18
3.1 SNI e seus desdobramentos.....	18
3.2 A formação do DOI-CODI	24
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	29
REFERÊNCIAS	30

1 INTRODUÇÃO

Como forma de apresentação, podemos iniciar o trabalho dando as informações essenciais a respeito da pesquisa. Em termos de problemática trataremos dos antecedentes, da construção e da forma de agir dos aparelhos de vigilância e coerção que se instauraram no Brasil em um período de até seis anos após o golpe civil-militar de 1964, para em seguida exemplificarmos sua atuação por meio de algumas fontes documentais que adentram até 1970. Portanto, o nosso recorte temporal conta com uma margem de pelo menos uma década como foco principal (1964-1974). Porém, é necessário mencionar que faremos referências a momentos anteriores a isso, chegando a citar eventos sucedidos em 1950, mas de forma instrumental e para fins de contextualização apenas em um primeiro momento.

Em termos de ambientação, não houve uma preocupação tão grande em delimitar uma região ou estado, pois, como será visto no decorrer da pesquisa, boa parte dos documentos analisados tinham cunho nacional e se debruçaram sobre questões pertinentes a todo o território brasileiro. Como exemplo disso podemos citar o primeiro ato institucional, além é claro dos relatórios que não fazem distinção espacial, apenas passam adiante as informações pertinentes a toda a estrutura militar.

Para esclarecer nosso contato com a documentação é válido dar uma breve descrição a respeito de onde aplicamos nossa metodologia. Em termos de fontes nos ocuparemos com produções oficiais e não seriadas do Estado, tanto de cunho público quanto sigiloso (na época que foram produzidas). A tentativa foi a de recolher uma quantidade mínima de registros para embasarmos uma pesquisa qualitativa que exemplifica como cada órgão tratado estava relacionado com a manutenção da ordem adotada após a quebra do governo legítimo.

A hipótese que visamos sustentar é que tais aparelhos de contenção social funcionavam como uma corporificação, ou uma ossatura material que pudesse colocar em prática os interesses governamentais, uma vez que as prescrições legislativas da alta cúpula golpista presidiram por pouco a criação de vários sistemas de cunho autoritário (POULANTZAS, 1980).

Para isso, recorreremos à teoria de Poulantzas, que em muito contribuiu para o entendimento a respeito das relações de poder no Estado moderno, principalmente em relação aos regimes antidemocráticos. Consequentemente, esse trabalho estará apoiado em uma interpretação marxista a respeito do arranjo do sistema jurídico,

político e social que será colocada em prática ao se aplicar a análise da documentação coletada.

A justificativa para a escolha do que é abordado nas páginas seguintes destaca a relevância social e o legado político que herdamos desses vinte anos de (des)governo militar. Por conta disso, a configuração brasileira atual pede que esse assunto seja revisitado e revisto, pois não se tratam apenas de simples debates acadêmicos, mas sim de uma trama que antecede a democracia nacional como a conhecemos hoje. Exatamente por isso, as consequências do regime se estenderam até a segunda década do século XXI, uma vez que suas ações geraram efeitos e registros que ficaram impressos na mentalidade coletiva e nas instituições políticas produzindo os mais diversos efeitos (PEREIRA, 2010).

Como resultado, podemos mencionar as propagações ideológicas amplamente distorcidas a respeito dessa temática. Isso acaba por captar atenção popular e tem grande potencial de interferência na visão política do povo, pois o mesmo cria simpatia por uma imagem irreal do regime e, por não conhecer sua história, acaba por ver glória onde apenas existiam suplícios, lamentos e a dor daqueles e por aqueles que foram consumidos durante a noite que durou vinte e um anos.

Na divisão dos capítulos, houve uma quebra simples na produção com o intuito de deixar claro os rumos do trabalho. Portanto, a monografia se divide em duas etapas. Inicialmente trataremos do quadro geral e dos eventos históricos do momento escolhido, logo após voltamos nossa atenção ao objetivo principal de forma mais incisiva. Ambas exemplificadas em seguida.

O primeiro capítulo é um estudo que conta com uma revisão bibliográfica a fim de situar o leitor a respeito dos anos anteriores à ocupação do Estado. Para isso, recorreremos a estudos tanto políticos quanto econômicos. Nosso objetivo é esclarecer a situação que o ocidente se encontrava e onde o Brasil se assentava em meio a isso tudo. Por mais que o restante do trabalho não se preocupe com a questão da circulação de capital ela foi mencionada inicialmente por uma questão de conjuntura.

No capítulo final, trataremos da formação dos aparelhos repressivos de forma direta e em contato imediato com a produção documental. Para isso selecionamos fontes que tratassem do surgimento, diretrizes e principais alvos dos órgãos estudados. Aqui o propósito é olhar atento para os instrumentos de exercício de poder e seus pressupostos, como por exemplo sua funcionalidade e justificativa.

Em vista disso, essa será uma pesquisa voltada para o regime e o poder, não se atentando tanto para os movimentos de resistência, apenas onde o próprio Estado preocupou-se sobre esses agrupamentos.

2 OS ANTECEDENTES

Esse capítulo tem o intuito de fornecer dois elementos fundamentais para o desenvolvimento do trabalho. Em primeiro lugar, focaremos em questões que precedem a tomada de poder pelas forças armadas, tanto no que diz respeito ao quadro das circunstâncias internacionais quanto nacionais, para em seguida introduzirmos um pequeno debate teórico que embasará o resto da pesquisa.

Com relação aos episódios precedentes tomaremos a revisão bibliográfica como pedra angular do tema tratado, dando espaço para uma pequena menção de documentos produzidos durante os eventos. A ideia é a todo momento agregar fatores geopolíticos ao panorama do país, mantendo um diálogo complementar com intuito de justificar o que o próximo capítulo propõe de maneira a não deixar lacunas no que se refere a causalidade. Temáticas como a Guerra Fria, internacionalização do Capital e das grandes empresas e as desavenças de Jango com o alto escalão militar serão recorrentes nas páginas que se seguem.

Por fim, o último instante de revisão irá girar em torno de nosso referencial teórico. Trataremos de alguns conceitos fundamentais a Poulantzas, uma vez que a temática da natureza e as características do poder estatal são elementos de grande apreço em um trabalho que tem como objetivo o estudo de instituições relacionadas ao exercício da repressão e do controle social. Essa apropriação de princípios de sua filosofia política será resguardada ao final, pois dará gancho aos próximos momentos da pesquisa, uma vez que lidaremos com análise documental mais diretamente e o autor nos auxiliará por meio de suas lentes conceituais.

2.1 Conjuntura internacional

Para que haja clareza e compreensão da montagem do regime e de seus órgãos de controle seguiremos, em um primeiro momento, um breve trilhar a respeito da conjuntura em que o país se encontrava, tendo como foco uma contextualização da situação que auxiliou a abrir portas para tal configuração política. Para essa tarefa é indispensável a menção de dois fatores basicamente autônomos em relação ao Brasil: a Guerra Fria e a internacionalização do capital. Nosso olhar para tais fenômenos se dará de maneira instrumental, uma vez que pretendemos situar nossa circunstância enquanto uma junção dos acontecimentos globais e das pré-disposições nacionais que já estavam em curso.

No que diz respeito ao conflito acima mencionado, há muito é conhecida por sua influência e consequência para as nações latinas, contando é claro com o Brasil. Portanto o que mais interessa aqui é o trato direto a respeito da posição subalterna do Estado brasileiro em relação à hegemonia estadunidense. Hegemonia essa que veio a dar base para diversas intromissões no funcionamento da política interna do país assim como a muitas perseguições ideológicas que visavam anular os inimigos ditos “subversivos” que estavam tangenciando o que era considerado aceitável em uma zona de influência dos EUA.

Conforme Hobsbawm (2019, p. 224):

A peculiaridade da Guerra Fria era de que, em termos objetivos, não existia perigo iminente de guerra mundial. Mais que isso: apesar da retórica apocalíptica de ambos os lados, mas sobretudo do lado americano, os governos das duas superpotências aceitaram a distribuição global de forças no fim da Segunda Guerra Mundial, que equivalia a um equilíbrio de poder desigual, mas não contestado em sua essência. A URSS controlava uma parte do globo, ou sobre ela exercia predominante influência e não tentava ampliá-la com o uso de força militar. Os EUA exerciam controle e predominância sobre o resto do mundo capitalista, além do hemisfério norte e oceanos, assumindo o que restava da velha hegemonia imperial das antigas potências coloniais. Em troca, não intervinha na zona aceita de hegemonia soviética”.

Além disso, nesse contexto de polarização, é evidente que a atenção estadunidense para o Brasil tenha crescido após a penetração de um regime de esquerda no solo americano por vias cubanas. Sendo assim, por mais que a importância estratégica brasileira tenha diminuído após II Guerra Mundial o país ganhou atenção como forma de prevenção contra qualquer possibilidade de aumento de influência soviética, isso tudo se enfatizando pela postura de apoio a países em desenvolvimento que era fomentada pelo primeiro ministro da URSS, Nikita Khrushchev. Logo, o regime de suporte – fornecimento de armamentos e treinamentos em troca de proteção contra-ataques extracontinentais – que passa a vigorar entre as diligências do governo nortista e os militares brasileiros se justifica na medida que a superpotência almeja uma manutenção do seu poderio regional, estando preparado para ofensivas contra o inimigo (FICO, 2008).

Portanto, tendo o nosso país como parte do restante do mundo capitalista, fica visível o seu papel enquanto região dependente dos influxos americanos, tanto no que diz respeito à absorção econômica quanto à de diretrizes administrativas. Dessa forma, um dos pontos de partida é a noção de exterioridade do Brasil em relação ao verdadeiro núcleo de tomada de decisões. Porém, as relações de poder

interestatais estão intimamente relacionadas ao campo econômico, sendo impossível tentar entender o porte da capacidade de persuasão dos EUA sem notarmos o seu alto grau de influência sobre o tráfico de capital. Posto isso, é fundamental a compreensão do relacionamento que se estabeleceu entre o sistema de trocas brasileiro e o americano.

A respeito do desempenho produtivo em paralelo a Guerra Fria podemos observar que a economia mundial crescia a uma taxa explosiva. Na década de 1960, era claro que jamais houvera algo assim. A produção manufaturada quadruplicou entre o início da década de 1950 e o início da década de 1970 (HOBBSAWM, 2019). Tamanha conjuntura econômica penetrou drasticamente em solo nacional dando, é claro, continuidade às ondas de industrialização anteriores às de 1950 e 1960. E seguindo essa lógica da expansão,

A industrialização do Brasil seria integrada e absorvida de acordo com a estratégia de expansão do capital global, sublinhando os novos graus de internacionalização, centralização e concentração de capital. O capital monopolista transnacional ganhou uma posição estratégica na economia brasileira, determinando o ritmo e a direção da industrialização e estipulando a forma de expansão capitalista nacional (DREIFUSS, 1981, p. 60).

Tamanha acumulação e concentração é nítida ao vislumbrarmos como exemplo a proliferação do setor bancário que, entre 1958 e 1963, teve um aumento do número de agências de 3.937 para 5.943, enquanto o número de matrizes diminuiu de 391 para 324. E para entendermos isso podemos voltar nossa atenção as companhias multinacionais e ao capital americano, que detinha somente 2,0% dos investimentos no exterior no primeiro quarto do século, passou a ocupar, em 1950, uma posição dominante, possuindo perto de 60% dos investimentos estrangeiros (DREIFUSS, 1981).

Observa-se que as décadas que antecedem a tomada de poder e a reformulação política estavam afogadas em interesses que se entrelaçavam profundamente com as atitudes americanas de supervisão do território latino frente a guerra fria. E ainda se somando a isso encontraremos, logo em seguida, as motivações das alegadas pelo próprio alto escalão militar, porém nesse primeiro momento o que queremos frisar com observações de cunho econômico é o grande poderio estrangeiro que se encontrava em atuação aqui e que teve grande facilidade para dobrar, de acordo com a sua vontade, os rumos da história recente brasileira diante das adversidades propostas pelo governo legítimo. O caráter de

incompatibilidade entre a política de João Goulart e os desejos supranacionais terão seu momento de menção, não devemos nos esquecer do cunho social e anti-imperialistas que vieram a desagradar a elite e os formuladores do golpe, mas por hora nos concentramos em seus desentendimentos nacionais e suas desavenças que muniram a oposição de seu governo com a argumentação necessária para derrubá-lo.

2.2 Os antecedentes nacionais

Em termos de conjuntura nacional é importante observar as justificativas iniciais da tomada de poder. Dadas as insatisfações anteriores que o alto escalão detinha com relação a João Goulart devido ao seu apoio aos insurretos da marinha, boa parte da argumentação de uma intervenção, em um primeiro momento, vem da necessidade de restabelecer uma ordem social ameaçada pela atuação nociva do referido presidente da república.

Essa tribulação tomou forma após

Sargentos, cabos e marujos amotinaram-se no palácio do Aço, sede do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, controlado pelo PCB [...] Só se contornou a crise quando oficiais do Gabinete Militar da Presidência foram ao sindicato e sentaram à mesa de negociações com o líder da rebelião, o marinheiro de primeira classe José de Anselmo dos Santos, nacionalmente conhecido como cabo Anselmo. O arranjo saído dessas conversas resultou numa dupla humilhação para a oficialidade da Marinha. Primeiro, porque os marinheiros presos, foram levados a quartéis do exército. Segundo, porque logo depois, soltos, saíram pelas ruas do Rio em passeata (GASPARI, 2014, p. 50).

As consequências da impunidade aprovada pelo Gabinete Presidencial aos revoltosos foram de caráter drástico a Goulart. Podemos até caracterizar essa indiferença a uma resolução favorável a Marinha como um dos pretextos mais explorados pelos militares enquanto uma justificativa válida. Aglutinando-se a isso, houve a disseminação da ideia de que esse desentendimento seria a antessala de um possível golpe por parte de Jango, antecipando as prováveis quebras com outros organismos políticos tradicionais que seriam alvo da insurreição fomentada pelo presidente, cultivando assim um clima de incerteza e tensão quanto ao fim de seu mandato (GASPARI, 2014).

Segundo a ordem de serviço expedida em 01 de março de 1964 pela 4ª Divisão de Infantaria das Forças Armadas, que deu autorização definitiva para a mobilização em larga escala, os militares afirmavam que

Tornou-se patente que o presidente da República tomara, afinal, em caráter definitivo, a decisão de mudar, pela força, o sistema político brasileiro, consubstanciado na constituição de 1946, levado por, ou organizando, um ambiente falso, em desacordo às aspirações da quase totalidade do povo e, particularmente, das Forças Armadas do nosso país (BRASIL, 1964, p. 3).

Mais adiante ainda é direta a menção a quebra hierárquica efetuada pelos marujos como um projeto governamental que tenderia a se espalhar pelo resto do corpo militar com a finalidade de mudança em larga escala. Pois, segundo os defensores do golpe a

campanha de subversão, visando dividir horizontalmente as F.A, buscando lançar os Sargentos contra os Oficiais, iria antecipar-se na Marinha, onde Cabos e Marinheiros, que por serem profissionais constituem categoria com possibilidade de arregimentação e força numérica ponderável (BRASIL, 1964, p. 3).

Um ponto a ser observado com atenção no trecho destacado diz respeito a essa vaga noção de subversão que acompanha o documento, pois esse vocabulário retornará em outras produções militares ao se referirem aos grupos perseguidos, porém sem nunca especificar o critério de avaliação que tomaria determinado indivíduo, agrupamento ou perspectiva política subversiva, simplesmente se contentando em utilizar o rótulo contra aqueles que divergiam das visões aceitas pelo regime com o foco em sua criminalização instantânea e de sua taxação enquanto ameaças em potencial.

A partir disso os líderes militares assumiram a movimentação contra Jango enquanto uma atitude defensiva quanto a possíveis alterações do cenário padrão, na tentativa de se antecipar contra, mesmo que sem muito embasamento, a promulgação de uma nova constituição, ou dissolução do Congresso ou qualquer outra medida contra o sistema vigente (BRASIL, 1964). O resultado dessa argumentação é a ideia de que o militarismo surgiu como agente da ordem democrática, noção esse presente em vasta produção oficial feita pelo durante os anos de existência da ditadura e que, infelizmente, perpetrou em boa parte do senso comum sobre o tema.

Porém, crer que a ordem em si está carregada de todas as justificativas e que as desavenças frente ao chefe do executivo foram os únicos propulsores da ação anticonstitucional é ignorar os antecedentes políticos do país e os eventos que se passavam no exterior, anteriormente mencionados, dado que mudanças drásticas no arranjo político só se produzem frente a fusão de vários fatores no período que antecede a tomada de ação.

Isso se evidencia pois, além de ressentimentos quanto à quebra hierárquica

e conflitos relacionados à figura pessoal do presidente, os militares também declaravam lealdade a defesa da lei de “segurança nacional”, uma concepção de conflito existente na Guerra Fria, que fundia o Estado e a nação e obscurecia a distinção entre agressão interna e externa, guerra e paz, atividades políticas comunistas e não comunistas com o intuito de legitimar de maneira ufanista a tomada de decisão contra um suposto inimigo como sendo um bem maior e necessário (PEREIRA, 2010).

Tal convicção se encaixava perfeitamente ao panorama das revoltas, onde eles viam nelas uma boa maneira de se auto afirmar e se demonstrar necessária frente a ataques prejudiciais. Portanto, é de suma importância a percepção de que por detrás do que foi dito pelos golpistas existe toda uma somatória de questões e incentivos, sendo inerente a nossa análise a observação dos mesmos para que seja produzida uma ideia mais concreta do processo como um todo.

No que se refere à criação do conceito de segurança nacional, a lei antecede o militarismo e vem, originalmente, do período Vargas. Porém, sua definição inexata e sua abertura a leituras jurídicas favoráveis a perseguições couberam perfeitamente na necessidade de justificar ações drásticas, como a derrubada de um governo. Um dos responsáveis pela implementação ideológica como essa foi a ESG (Escola Superior de Guerra), criada no governo Dutra e que incorporou em solo brasileiro as ideias e as atitudes maniqueístas dominantes por meio de treinamentos oferecidos aos membros das Forças Armadas (DREYFUSS, 1981). Segundo a visão de Poulantzas (1980, p. 33) a presença de uma perspectiva assim em um órgão estatal de tal nível seria justificável pois a ideologia dominante invade os aparelhos do Estado, os quais igualmente tem por função elaborar, apregoar e reproduzir essa ideologia.

Além disso houve esforços americanos que escaparam a investimentos direcionados exclusivamente às Forças Armadas. Pois mesmo antes da vitória de Jango financiamentos a sua oposição foram repassados pelo governo Kennedy com o intuito de se propagar nos meios de comunicação de massa, por vias de rádios, imprensa e produções cinematográficas que tinham o intuito tanto de prejudicar o candidato quanto de favorecer a imagem da administração americana. Segundo o embaixador estadunidense estipula-se que um financiamento de até US \$5 milhões foi investido com a justificativa de que a postura do presidente frente a possíveis reformas de base e o seu relacionamento, ainda que muito mais especulado que

comprovado, com grupos de esquerda eram ameaças a serem consideradas. Além de tudo, as propostas reformistas de combate ao analfabetismo, reformas universitárias e a luta por habitações populares poderiam significar conquistas realmente democráticas ao grosso da população, o que não era bem visto pela elite nacional (FICO, 2008).

Dando continuidade as investidas contra o chefe do executivo ao longo de sua administração sucederam-se ainda especulações e planos de atuação quanto a possíveis mudanças no cenário político brasileiro. Tendo como objetivo o desenhar de parâmetros de prováveis soluções frente às adversidades que os interesses estadunidenses poderiam enfrentar. Dessa forma foram produzidas quatro especulações, porém a com maior assertividade, e a que mais nos interessa, dizia respeito a uma tomada de poder militar se antevendo a ações do presidente. Tal plano de ação se garantiu pela presença física das forças armadas americanas, gerando o que ficou conhecido como operação Brother Sam, que tinha o objetivo de assegurar a vitória dos golpistas frente a uma possibilidade de resistência por meio da vinda da marinha americana a costa do Rio de Janeiro (FICO, 2008). Vale destacar que

A operação envolveu um porta aviões, um porta-helicópteros, um posto de comando aerotransportado, seis contra torpedos carregados com cerca de 100 toneladas e quatro navios petroleiros que traziam combustível para o caso de um eventual boicote do abastecimento pelas forças legalistas (FICO, 2008, p.98).

Tamanha operação não chegou a ser acionada em combate e se limitou a resguardar os insurretos e a sua chance de vitória. A partir desse momento então temos o início da reformulação do Estado e de suas novas relações de poder com a sociedade civil por meio de decretos e sanções legitimando o autoritarismo, que nos tem aqui um preço capital para o entendimento dos órgãos repressivos a partir desse ponto.

2.3 Esclarecimentos teóricos

Por fim, tendo tratado de questões precedentes ao que interessa à pesquisa, como foi bem especificado antes, devemos nos voltar a alguns apontamentos teóricos com o intuito de esclarecer o desenrolar do trabalho. Como foi mencionado, as referências que melhor nortearão a análise documental serão os trabalhos de Poulantzas, uma vez que o autor apresenta um rico estudo a respeito da natureza do exercício de poder e do controle social juntamente com reflexões sobre o

estado capitalista durante o século XX.

O foco aqui se dá pela apresentação e apropriação de alguns de seus conceitos para que os mesmos sejam aplicados no material coletado. Temas como a natureza do poder e seu relacionamento com a capacidade de controle e a definição das atribuições do Estado moderno serão recorrentes para nós. Algo que vale ser mencionado é uma certa ausência na teoria marxista que define exatamente o caráter do exercício de poder. Poulantzas aponta essa lacuna ao avaliar obras atreladas a Lênin, Gramsci e ao próprio Marx, onde a inexactidão do termo chega a levar a complicações epistemológicas a ponto de deturpar a teoria (POULANTZAS, 1977). Além disso, o autor nega definições outras, como por exemplo a concepção weberiana que ele alega estarem fortemente ligadas a uma noção historicista.

A partir disso podemos voltar nossa atenção à percepção do pensador que acaba por caracterizar o poder como a capacidade de uma classe social de exercer os seus interesses específicos (POULANTZAS, 1977). Tal noção tem o objetivo de se distanciar do economicismo, que acaba por reduzir a capacidade de influência pela simples posse do capital através do controle dos meios de produção, negando assim uma ideia totalmente estrutural e hierárquica na dinâmica da sociedade capitalista; abrindo espaço a embates de ambos os lados, tanto da classe predominante quanto da produtora. Nas palavras de Poulantzas,

O conceito de poder reporta-se ao tipo preciso de relações sociais que é caracterizado pelo conflito, pela luta de classes. Isto é, a um campo no interior do qual, precisamente pela existência de classes, a capacidade de uma delas realizar pela sua prática os seus interesses próprios encontra-se em oposição com a capacidade - e os interesses - de outras classes (POULANTZAS, 1977, p. 101).

Partindo desse pressuposto há um desmanche da noção de que a concentração de poder seria privilégio único e exclusivo do Estado, facilitando assim o entendimento e a repercussão de movimentos anti-regime ao longo dos anos iniciais da resistência armada e em seguida os movimentos civis. Por mais que o enfoque do trabalho gire em torno das medidas governamentais, esse apontamento é fundamental no dizer teórico, uma vez que apresenta o outro lado do tema apresentado, indicando a existência de ambas as faces de um mesmo relacionamento.

Aproveitando as observações que se relacionam com a figura do Estado em si, é relevante algumas considerações a seu respeito. Em primeiro lugar, o nosso

referencial nos mostra um funcionamento multifacetado, onde a repressão seria apenas um de seus elementos, que tem como o intuito a garantia da coesão social entre as classes. Esse raciocínio, em última consequência, nos leva admitir um corte considerável no que será examinado em nossas próximas páginas, porém com o fim de conseguir apreender e tratar bem um de seus aspectos essenciais.

Em segundo lugar,

o Estado apresenta uma ossatura material própria que não pode ser reduzida à simples dominação política. O aparelho de Estado, essa coisa de especial e por consequência temível, não se esgota no poder do Estado. Mas a dominação política está ela própria inscrita na materialidade do Estado (POULANTZAS, 1980, p. 17).

Com a afirmação acima, podemos tanto salientar o que foi afirmado a respeito dos diferentes aspectos do corpo estatal quanto apresentar um de seus elementos capitais a nós: a dominação política enquanto fruto de uma materialidade. Materialidade essa que se manifestou por meio da atuação de seus vários órgãos repressivos que foram extrapolados após o golpe nas mais diversas formas de tortura, perseguição e assassinato que acabam por demonstrar a capacidade do poderio estatal de renovar, disciplinar e consumir os corpos de seus súditos (POULANTZAS, 1980). Portanto, gostaríamos de salientar o caráter físico e concreto que embasa o domínio do espectro político, uma vez que o mesmo é a finalidade do regime.

Por último, além de uma pequena conceituação sobre as atribuições do Estado e seus mecanismos, é essencial expor sua relação com o meio econômico, pois parte do que foi tratado até então diz respeito a novas configurações no capitalismo e sua associação com as mudanças políticas que imperaram por aqui.

O ponto primordial nessa questão diz respeito a uma renúncia total de uma noção determinista do Estado em função das relações produtivas com a ideia de nos afastar de uma concepção marxista próxima de Althusser, por exemplo. Esse comentário é pertinente devido ao grau de influência do mesmo sobre Poulantzas, porém em vários momentos ele nos apresenta alternativas a visão estrutural e engessada que conclui que há uma determinação em última instância do que se passa nos andares (da superestrutura) pelo que se passa na base econômica (ALTHUSSER, 1970, p. 27). Como resposta a isso abraçaremos um ponto de vista que enxerga no Estado a possibilidade de tomada de ações positivas e influentes no desempenho do conjunto produtivo como um todo, abdicando de qualquer taxaçoão que o intérprete como um simples reflexo infraestrutural.

3 OS APARELHOS

O presente capítulo oferece uma análise da documentação com o auxílio dos conceitos fundamentais que já foram introduzidos. A proposta é construída em diálogo com a bibliografia especializada, porém o foco principal está na tentativa de analisar e debater as fontes primárias no capítulo que constituirá o resto desta monografia.

O capítulo conta com um estudo a respeito da formação de estruturas fundamentais, como o SNI e o DOI-CODI, por meio de um exame dos decretos que os conceberam e de registros que exemplificam seu modo de atuação nos anos subsequentes ao golpe. O objetivo é apontar as principais proposições desses aparelhos estatais, sua eficácia, suas justificativas e suas contradições entre o que o foi apresentado, quando apresentado, publicamente e o que os registros militares exprimem.

3.1 SNI e seus desdobramentos

Daqui em diante podemos nos atentar às primeiras medidas com o intuito de dar forma à nova maneira de gestão. Os anos que se seguem após os eventos relatados são de grande importância, uma vez que o governo Castello Branco foi responsável por uma grande quantidade de alterações que deram base aos vinte anos que vieram em seguida. Um dos elementos primordiais desse momento está atrelado a decretos que deram um caráter “legal” para as perseguições, para em seguida desenvolver uma ossatura própria capaz de concretizar isso. Ambos os casos serão relatados em seguida, um pela implementação do Ato Institucional n. 1 e o outro pela criação do Sistema Nacional de Inteligência (SNI).

Apenas oito dias após o golpe (9 de abril de 1964) houve o pontapé para uma longa intervenção. Em momento nenhum o Ato Institucional especificou exatamente os seus inimigos, apenas se limitando a expor uma suposta ameaça comunista que aparentemente havia penetrado na administração pública. E usando isso como justificativa, os golpistas alegavam estarem realizando uma revolução em nome do povo e da nação, que tinha como finalidade ditar as normas e os processos de constituição do novo governo por meio da atribuição dos poderes ou os instrumentos jurídicos que lhe assegurem o exercício do Poder no exclusivo interesse do País (BRASIL, 1964). Seguindo essa perspectiva, houve uma declaração da perda

da capacidade do exercício de poder por parte do Estado, uma vez que o mesmo se achava nas mãos de indivíduos aparentemente subversivos. Portanto, a ocupação se daria como uma necessidade para que os órgãos administrativos retornassem a sua função inicial.

Levando em conta as influências externas e o caráter das medidas janguistas, fica evidente o conceito de poder que assumimos anteriormente, uma vez que uma mudança da nação em uma direção totalmente oposta até então seria uma das ações tramadas por um grupo que se opunha às medidas sociais e o caminho da política do ex-presidente. Sendo assim, aqui tivemos um exemplo da capacidade das forças armadas de exercer o poder juntamente com as classes que tinham outro interesse para com os rumos do Estado, e que conseguiram concretizá-los frente a uma mudança no quadro geral por meio da prática da sua vontade.

Mais adiante, o documento acaba por legitimar a padronizar a busca e o afastamento do serviço público daqueles a quem ele achar necessário por meio de uma suspensão de suas garantias legais, onde os que sofrerem tal ordem estariam à mercê de

serem demitidos ou dispensados, ou ainda, com vencimentos e as vantagens proporcionais ao tempo de serviço, postos em disponibilidade, aposentados, transferidos para a reserva ou reformados, mediante atos do Comando Supremo da Revolução (BRASIL, 1964).

Essa atitude auxiliou, em um primeiro momento, a anular a voz de diversos intelectuais em lugares de destaque que poderiam fazer uma frente argumentativa e ideológica ao novo sistema, como professores e jornalistas de renome (PEREIRA, 2007). Além disso, o ato, em seu décimo artigo, ainda conferiu poder suficiente aos redatores de suspender os direitos políticos pelo prazo de dez anos e cassar mandatos legislativos federais, estaduais e municipais, limpando a gestão e liberado apenas aqueles que simpatizassem com as forças armadas, criando assim uma barragem para liquidar qualquer tipo de contestação (BRASIL, 1964).

Essas, de maneira inicial, foram as intervenções de maior importância, visto que as outras observações diziam respeito a questões relacionadas ao estado de sítio e à constituição de 1946, que inicialmente deveria ser mantida intacta, por fim contando com diretrizes para as próximas eleições que deveriam ter sido realizadas (BRASIL, 1964).

Em vista da necessidade de concretizar essas imposições jurídicas, em pouco tempo surgiu um dos órgãos relacionados à vigilância e ao tráfico de

informações sobre indivíduos suspeitos. Como já foi apontado em nossa exposição teórica, para que haja o efeito do poder é necessária uma ossatura que coloque em prática o controle e a repressão (POULANTZAS, 1980). É dessa demanda que, em junho de 1964, apenas um mês após o golpe, foi criado o Sistema Nacional de Informações pela lei N° 4.314.

Segundo a própria lei, em seu segundo artigo, a incumbência do SNI se propunha a superintender e coordenar, em todo o território nacional, as atividades de informação e contra informação, em particular as que interessem à Segurança Nacional (BRASIL, 1964). Um dos aparelhos estatais de maior importância em nossa pesquisa e que teve uma larga atuação nos anos de chumbo se resumia a isso pelas palavras da legislatura que lhe deu forma. Em momento nenhum nos artigos subsequentes podemos averiguar algo de mais nítido no que diz respeito ao que seria exatamente a Segurança Nacional. Podemos apenas utilizar isso como exemplo para o que foi dito no primeiro capítulo a respeito dessa noção vaga que tacha como nocivo o que interessava.

Algo a ser considerado algumas linhas depois diz respeito ao modo de representação do Sistema em si, pois é afirmado de forma clara que o Serviço Nacional de Informações está isento de quaisquer prescrições que determinassem a publicação ou divulgação de sua organização, funcionamentos e efetivos (BRASIL, 1964). Há um paradoxo na maneira com que o regime construía sua autoimagem, pois ao mesmo tempo que apresentava o aparelho em tom aberto, por via de um comunicado oficial, a própria administração demonstrava, de forma quase gritante, a necessidade de acobertar seu *modus operandi* e suas consequências para a sociedade civil. Esse contraste é visível em uma longa documentação militar, e pode ser atrelada e tentativa de dar legitimidade ao governo golpista, que tinha em seu ideal se passar por um modelo democrático.

Como a documentação que compõe esse trabalho não se limita à legislação que percorreu o período, podemos analisar de forma mais concreta os alvos militares e sua maneira de agir, em termos de metodologia e tática, por meio da sua própria resolução documental que acaba por expor sem nenhum tipo de ressalva seus alvos mais imediatos.

O primeiro documento que merece atenção é relativo à forma de se proceder quanto à identificação de possíveis alvos do sistema. Trata-se de uma produção de agosto 1974 e é intitulado de “Instrução para o Levantamento de Dados

Biográficos”, sendo expedido pelo gabinete do SNI como sendo de cunho confidencial. O compilado de instruções se define e justifica em sua primeira página alegando que

O levantamento de dados biográficos (LDB) consiste na obtenção sigilosa, pelos órgãos integrados ao Sistema Nacional de Informações - “SISNI”, de dados sobre pessoas, o mais pormenorizadamente possível, com a finalidade precípua de preservar os interesses da Segurança Nacional e a eficiência da Administração Pública (BRASIL, 1974, p. 1).

Antes de darmos continuidade realizaremos apenas uma pequena observação quanto à nomenclatura apresentada. A sigla menciona, SISNI, corresponde a um desdobramento do SNI, sendo responsável por diálogos com a polícia política e a realização de alguns aperfeiçoamentos na estrutura de vigilância. Esse incremento foi necessário visto que com o passar dos anos o que havia sido esquematizado por Golbery e Castelo Branco não atendeu a todas as necessidades do regime. Isso se fez evidente após o AI-5, logo quando o Estado passou a conceber a “guerra revolucionária” contra grupos armados específicos (FICO, 2001). Tais grupos serão tratados mais adiantes.

Dito isso, podemos prosseguir com a análise depois dessa menção simples, mas de caráter necessário. Para a montagem da ficha de possíveis suspeitos, o órgão selecionou os seguintes aspectos como essenciais a serem respondidos: posição ideológica, atitude com relação à “revolução”, atividades subversivas, probidade administrativa, eficiência funcional ou profissional e conduta civil. Esses critérios deveriam ser preenchidos por todos que fossem considerados subversivos em potencial, mas teriam um caráter obrigatório e uma atenção especial para sujeitos que almejassem a ocupação de cargos de caráter público, tanto no que se refere à administração quanto funcionários de instituições estatais (prefeitos de cidades de importância, presidentes de autarquias e companhias públicas, reitores e professores universitários e etc.) ou que pretendessem realizar estágios ou pesquisas com bolsas no exterior (BRASIL, 1974).

Isso nos mostra não somente a preocupação em manter cargos de importância sob o controle militar, o que era previsível, mas também expõe um grande alarde com uma possível divulgação no exterior de relatos sobre o que se passava aqui e que pudessem contrariar a imagem internacional que se tentava construir. Talvez essa necessidade viesse da onda de redemocratização de parte do mundo ocidental do pós-guerra e usasse as críticas estrangeiras feitas ao regime argentino como exemplo (PEREIRA, 2010).

Além disso, o documento ainda mostra os níveis de apreciação do que foi produzido: em linhas gerais aqueles que teriam autorização para contemplar o que se registrasse. E isso estava a cargo do chefe do SNI, das lideranças dos ministérios setentrionais civis e militares e dos líderes de agências regionais. Sabemos muito bem que esse não era o foco do que estamos analisando, mas por meio do relatório podemos entrever a estrutura do sistema, que acaba por contar com ramificações em todo o país por meio de suas entidades regionais, que garantem o controle político local (BRASIL, 1974).

Essa vigilância individual é o ponto de partida para outras observações sobre registros militares, pois ao enquadrar o perfil ideológico o SNI não estava preocupado apenas em isolar um elemento unitário das ruas, mas sim em ligar possíveis suspeitos a organizações tomadas como hostis a fim de chegar às principais lideranças contrárias a ele. Como forma de sustentar isso, trataremos de uma espécie de estudo de conjuntura, intitulado de “Análise do Panorama de Subversão no Brasil” e que foi produzido no mesmo ano da documentação anterior.

Esse é um momento para retomar alguns elementos do primeiro capítulo, pois, tendo em vista que tudo aqui se passa durante a Guerra Fria e que foi afirmado que nos situamos em uma zona de influência estadunidense, é nítido que boa parte das preocupações do Estado viesse de organizações de esquerda. Nesse momento, talvez seria possível entender as vagas menções ao que poderia ser subversivo se associarmos isso apenas a ideias de caráter socialista ou comunista. Ao observar todos os alvos listados, notamos preocupações da repressão com os seguintes grupos: organizações subversivas (esquerda armada no geral), clero, área estudantil e área trabalhista (BRASIL, 1974).

Inicialmente o estudo se debruça de maneira detalhada sobre alguns organismos, como o Partido Comunista Brasileiro, o Partido Comunista do Brasil, a Ação Popular Marxista-Leninista do Brasil e Ação Libertadora Nacional, em uma tentativa de elucidar suas origens e distinções. Por motivos cronológicos e de prioridade, o primeiro elemento a ser considerado é o PCB, que segundo o registro é o maior e mais organizado partido entre a esquerda, sendo o único capaz de “influir na comunização do país”. Após isso as entidades seguintes são apresentadas e definidas frente o alinhamento com Moscou ou a República da China, entrando em pormenores a respeito da sua metodologia e modo de insurreição (BRASIL, 1974).

Outras 17 milícias são mencionadas, mas sem muita preocupação, pois eram agrupamentos pequenos e que, segundo o próprio relatório, possuíam "remanescentes de pouco valor" ou acabavam "não causando preocupações"(BRASIL, 1974). Até esse momento é possível atrelar a noção de subversão ao contexto em que o regime estava, pois tratava-se de um mundo bipolar. Porém, daqui em diante é mais fácil reforçar o que foi defendido ao se afirmar que o conceito de subversão foi vagamente definido com o intuito de criminalizar todo e qualquer elemento avesso à dita "revolução", porque a contagem de inimigos que o regime agrupou vai muito além de uma questão ideológica e se desdobra sobre qualquer tipo de estrato social que contestasse o Estado.

Um exemplo disso é a preocupação e as observações a respeito do clero dito progressista, que compunha a lista de agrupamentos questionáveis por criticar algumas medidas governamentais, como a inexistência de uma imprensa livre, prisões de cunho político e possíveis violações dos direitos humanos. A documentação aponta, segundo o relatório, que diversos membros do MPL (Movimento Popular de Libertação) tinham algum tipo de relação com a Igreja, porém nenhum tipo de contato por parte da Santa Fé pode ser comprovado. Houve uma conclusão espontânea de que havia uma cooperação inconsciente juntamente a outros grupos à esquerda, o que carece de todo e qualquer tipo de evidência categórica (BRASIL, 1974).

A atenção do regime também recai sobre o movimento estudantil, principalmente de caráter internacional na região latina. O primeiro ponto a ser abordado pelo relato diz respeito à posição anti-imperialista que era amplamente difundida entre os estudantes. Como exemplos são citados os objetivos do CLAE (Congresso Latino Americano de Estudantes), que podemos sintetizar por meio da solidariedade entre os alunos na sua batalha contra a interferência externa e a tentativa de organização de uma frente que lutasse por direitos referentes à área acadêmica (BRASIL, 1974).

Essas preocupação a respeito da dimensão anti-imperialista é bem lógica quando relembramos os apontamentos sobre as intromissões estadunidenses e se tornam ainda mais claras quando percebemos que o regime estava se empenhando em defender a potência que ajudou na sua constituição inicial contra uma possível ameaça, o que era uma de suas funções em termos geopolíticos. Portanto isso funcionaria como uma espécie de incumbência atribuída aos militares em subordinação à autoridade norte-americana, que também garantiria a continuidade

da parceria entre eles e poderia auxiliar na manutenção do Estado ilegal, uma vez que o suporte dos EUA foi muito bem vindo inicialmente e poderia voltar a ser.

As páginas subsequentes são uma repetição do temor dos grupos de esquerda e sua possível articulação com formandos brasileiros alinhados com outras nações latinas. Vale ressaltar que todo tipo de conclusão a respeito da movimentação nas universidades se dá de maneira aleatória. O simples fato de haver reuniões de áreas específicas, como a executiva nacional do direito e a associação de estudantes de medicina, com intuito de debater a causa acadêmica é motivo para qualificar a camada de discentes enquanto perniciosos (BRASIL, 1974).

A criminalização instantânea é muito útil, pois adiante são mencionados manifestos publicados em algumas federais, por mais que não tenham teor partidário, apresentam críticas à censura das manifestações, a necessidade de uma reforma universitária e a constante opressão. (BRASIL, 1974).

Por fim, curiosamente, o relatório pouco menciona sobre a movimentação operária e por mais que ela tenha ligações diretas com o sindicalismo e possíveis organizações de cunho socialista, apenas se limitando em mencionar os motivos de suas lutas, como por exemplo questões salariais (BRASIL, 1974). Talvez isso denuncie uma hierarquia dos verdadeiros medos dos militares, onde a junção de grupos armados a um claro capaz de movimentar as massas e universitários numerosos em todo país fossem potencialmente mais assustadores que o movimento sindical do início dos anos 1970.

3.2 A formação do DOI-CODI

Antes de contemplarmos o surgimento e a atuação do principal sistema responsável pela tortura e perseguição seria pertinente tratar, de maneira sucinta e direta, alguns elementos que sucederam o AI-1 e o nascimento do SNI. Não iremos relatar de maneira descritiva todas as medidas desde 1964 até a ascensão do DOI-CODI, uma vez que isso demandaria muito mais do que essa pesquisa propõe e é capaz de expor. Porém a constituição de 1967, que teve seu processo iniciado pelo ato nº 4, contribuiu de forma significativa para a formação dos mecanismos de repressão, uma vez que veio a incorporar componentes de todas as medidas inconstitucionais anteriores, além de sistematizar a ideologia nacional e estender o foro militar aos civis em caso de crimes contra segurança do país (FICO, 2001).

Se sucedendo a isso podemos elencar as disposições do AI-5 enquanto conclusivas para o desdobramento desse processo de fechamento do cerco, culminando em medidas drásticas e que antecedem, em um período curto de tempo, a sistematização do DOI. As incumbências principais da nova medida podem ser sintetizadas da seguinte forma:

O artigo 4 restabelecia as cassações de mandatos eletivos e as suspensões de direitos políticos; o artigo 8 estabelecia a possibilidade de confisco de bens de todos que todos que houvessem "enriquecido ilicitamente"; o 10 suspendia a garantia ' de habeas corpus "nos casos de crimes políticos, contra a segurança nacional, a ordem econômica e social e a economia popular". Finalmente, o artigo 12 não estabelecia um prazo final para a vigência do ato, inovando em relação ao AI-I e ao AI-2 (FICO, 2001, p. 66).

Desse momento em diante podemos observar a criação dos principais alicerces do regime e das suas exposições jurídicas gerais em termos de coerção e controle. Mais uma vez aqui podemos ver o surgimento de uma condição material, pois como foi dito é necessário que haja um arcabouço concreto para colocar a vontade e o poder em prática. Levando isso em conta é que interpretaremos a origem do Destacamento de Operações de Informações e do Centro de Operações de Defesa Interna enquanto agentes de efetivação.

Para elucidarmos seu princípio devemos nos atentar ao que seria a OBAN e o porquê de sua existência. A grosso modo a Operação Bandeirantes teria como finalidade a organização de uma estrutura que serviria de linha de frente ao combate à subversão em São Paulo e Mato Grosso por meio de várias instâncias, que deveriam responder ao quartel general do II Exército através de análises semanais de diversas células de guerrilha nas regiões alvo. Com a necessidade de otimizar e refinar esse combate aos grupos armados que nasceu o DOI-CODI, pois o mesmo veio de uma atualização do sistema já existente (FICO, 2001).

Também é considerável que os dois órgãos deveriam funcionar de maneira complementar, onde o CODI seria responsável pela coordenação e o planejamento das medidas de defesa, composto por vários agentes de diversas instâncias e outros aparelho como o SNI, e o DOI tomaria para si o trabalho sujo dos porões da ditadura, por meio do interrogatório de indivíduos suspeito que tinham uma grande chance de serem torturados e mortos. Algo interessante a ser mencionado é a falta de uma composição fixa, garantindo uma movimentação de pessoal e suprimentos variados com o objetivo de conseguir se adequar a necessidade de cada missão em particular (FICO, 2001).

Em termos gerais, essas são algumas informações preliminares e indispensáveis para o entendimento da análise documental que se segue e servirão como aprofundamento do que foi narrado com o auxílio da bibliografia. Novamente o levantamento documental se situa no início da década de 1970 e conta com um relatório de cada órgão com a finalidade de relacionar suas atribuições e traçar o mesmo caminho que foi feito até então.

O primeiro documento é o relatório de uma reunião de janeiro de 1970 e teve como finalidade uma apresentação da estrutura e dos objetivos do novo braço do exército. Segundo o I Exército, que expediu a síntese do encontro, o CODI deveria se responsabilizar por planejar, supervisionar, controlar e coordenar as operações de combate direto aos grupos subversivos, incluindo as atividades de interrogatório, análise e prisão (BRASIL, 1970).

Para que houvesse uma plena realização desses fins foi necessário atrelar o funcionamento do Centro de Operações a outros agentes já mencionados, uma vez que era proposto uma visualização ampla do tráfego de dados coletados por meio de um diálogo com os demais órgãos de informação e segurança da área. O trabalho em conjunto ainda era muito bem-vindo em outros quesitos, ainda mais no campo prático e isso era perceptível no que o documento intitula turma de interrogatório, que deveria funcionar como um primeiro contato com o indivíduo apreendido (BRASIL, 1970).

Essa atribuição vai além do simples levantamento biográfico e se estende ao que deveria ser uma pequena coleta de depoimentos que, segundo os registros, deveria evitar os excessos desnecessários, que pudessem conduzir a uma situação crítica (BRASIL, 1970).

Disso podemos retirar duas informações cruciais, a primeira e mais direta é que não é difícil perceber como esse novo sistema, por meio de seus encargos, centralizou todo tipo de operação e circulação de conhecimento útil encabeçando os rumos da guerra contra a tão comentada subversão. Além disso, algo que se diz nas entrelinhas é a tentativa de evitar a tortura e os maus tratos em larga escala em um primeiro momento para que não haja um comprometimento imediato da operação. Isso manifesta uma possível racionalização da tortura, pois por mais que ela não seja mencionada diretamente é perceptível que os excessos são muito bem vindos, desde que não atrapalhem o primeiro contato com o elemento em questão. Lembrando, é claro, que o relatório apresenta essas instruções pensando de forma introdutória, onde o próprio CODI estaria em atuação, isso nos leva a considerar que após isso a

aparente cautela passaria e estaria tudo a cargo da eficiência dos próximos inquisidores.

O segundo registro militar diz respeito às funções gerais do Destacamento de Informações e é intitulado "Estrutura do DOI", ele foi produzido pelo I Exército em janeiro de 1971 com a finalidade de esclarecer o modo de operação e as justificativas do órgão em si.

O documento se apresenta enquanto sigiloso e logo em sua primeira página revela de forma imediata os objetivos primários do aparelho. Isso se expressa em seu primeiro tópico que se intitula "Partes Determinantes da sua Criação", que pode ser sintetizado na "necessidade de dar combate direto a ação subversiva de forma permanente, imediata e concreta" e o dever de "centralizar o interrogatório preliminar, de maneira a obter, segundo critérios uniformes, os dados essenciais ao prosseguimento das operações"(BRASIL, 1971). A agressividade dessas afirmações sem qualquer tipo de rodeio evidenciam o que foi exposto quando afirmamos que o Estado procurava refinar e otimizar a perseguição frente aos seus inimigos declarados, além é claro de trazer um elemento novo que é interessante a análise: o segundo ponto declara uma padronização formal do que seria o interrogatório preliminar (BRASIL, 1971). De uma maneira prática e direta, estamos falando da extração de informações que em muitos casos se estendia até a tortura.

Logo adiante ainda é exposto que todas as medidas que se relacionam a isso devem ser colocadas em prática em curto prazo para que as possíveis ameaças sejam neutralizadas ou ao menos parcialmente afetadas (BRASIL, 1971). Isso pode estar relacionado à proliferação de elementos antipáticos ao regime no final da década de 1960, que em muito pode ser associado ao endurecimento do sistema. E como vimos, de pouco custava aos militares a perseguição frente a qualquer um que contrariasse sua vontade.

Após algumas elucidações sobre suas justificativas, os tópicos discorrem sobre a organização e a rotina de trabalho das unidades que deveriam funcionar vinte e quatro horas durante os sete dias da semana e que realizaram reuniões semanais e quinzenais para tratar de assuntos pendentes. Em termos de constituição é demonstrado que na composição de sua estrutura o DOI contava com elementos das 3 Forças Armadas, e praticamente, de todos os órgãos Federais e Estaduais responsáveis pela Segurança Interna (BRASIL, 1971).

Todo esse empenho de força e recursos evidencia uma maturidade do sistema repressivo que concentra todos os elementos possíveis ao seu alcance para colocar em prática suas imposições. Aqui é possível observar o auge dos aparelhos de combate que tem como alvo a manutenção de uma ordem favorável à administração.

A partir dessa exposição é compreensível a ocupação complementar que mencionada a pouco entre os vários aparelhos. Onde nesse caso em específico houve uma articulação entre o Centro de Operações e Defesa Interna e o Destacamento de Operações e Informações enquanto o primeiro ocuparia a posição de cérebro por detrás da movimentação dos recursos e pessoal necessário, enquanto o segundo seria responsabilizado por trabalhar no subsolo do regime de forma mais ofensiva.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quanto à construção jurídica e organizacional do regime militar, pode-se notar que não foi de grande dificuldade criar um arranjo entre o referencial escolhido e as fontes selecionadas, pois a historiografia marxista há muito se debruçou sobre a temática. O que se pretendeu aqui não foi voltar nossa atenção para a base econômica e as necessidades materiais das classes dirigentes, mas sim para os aparelhos governamentais como outra face dessa mesma moeda.

A partir disso, por mais que tenhamos contado com uma bibliografia de peso e autores especializados no assunto como suporte, a maior preocupação foi não incorrer em uma grande descrição fria a partir do momento que as fontes entraram em cena.

O conteúdo aqui exposto, e até mesmo o tema que se propôs analisar, são infinitamente limitados se comparados com a complexidade do período militar em suas mais variadas esferas. Portanto, somando essa realidade ao curto período de um ano para conclusão do projeto, é com pesar que afirmamos que em muito poderíamos ter nos estendido, mas dada as circunstâncias é esse o trabalho final que podemos apresentar, com todas suas incompletudes e lacunas.

Essa última afirmação não é de todo desanimadora, pois deixa espaço para pesquisas subsequentes e complementares que podem vir a sanar problemas e responder incógnitas deixadas por esse estudo. Um dos pontos que poderia ser tratado aqui, mas que infelizmente desviaria o nosso foco, é atrelado ao outro lado do regime repressivo. Um exame mais detalhado da condição e da organização dos grupos perseguidos, partindo de uma investigação que não viesse dos comentários dos documentos sigilosos, mas de fontes produzidas pelas próprias vítimas dos órgãos tratados seria totalmente bem-vindo. Porém, essa ideia juntamente com o resto dos documentos encontrados, deverão aguardar outra oportunidade favorável.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Casa Civil. ATO INSTITUCIONAL Nº 1. **Diário oficial da união**. 09/04/1964. Rio de Janeiro, RJ, ano 1964, disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-01-64.htm. Acesso em: 19 fev. 2022.

BRASIL. Centro de Operações e Defesa Interna. **Síntese da reunião do CODI/ Exército do dia 16/01/1970**. Disponível em: www.ufmg.br/brasildoc. Acesso em: 27 ago. 2022.

BRASIL. Serviço Nacional de Informações. **Instrução para o Levantamento de Dados Biográficos** [28 ago. 1974]. Disponível em: www.ufmg.br/brasildoc. Acesso em: 23 ago. 2022.

BRASIL. Serviço Nacional de Informações. **Análise do panorama da subversão no Brasil** [28 mar. 1974]. Disponível em: www.ufmg.br/brasildoc. Acesso em: 23 ago. 2022.

BRASIL. Primeiro Exército. **Estrutura do DOI/ Exército** [26 jan. 1971]. Disponível em: www.ufmg.br/brasildoc. Acesso em: 27 ago. 2022.

BRASIL. **Boletim da ID/4 nº 58– Movimento Redentor 31/03/1964**. Autorização da mobilização militar. Exército Brasileiro – 4ª Divisão de Infantaria. 1964, p. 2, 1 abr. 1964. Disponível em: <https://www.ufmg.br/brasildoc/>. Acesso em: 19 fev. 2022.

DREIFUSS, R. A. **1964: a conquista do Estado**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1981.

FICO, C. **Como eles agiam: os subterrâneos da Ditadura Militar (espionagem e polícia política)**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FICO, C.; FERREIRA, M. D. M.; ARAÚJO, M. P. **Ditadura e democracia na América Latina: balanços históricos e perspectivas**. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

GAPARI, E. **A ditadura envergonhada**. 2. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 1994.

HOBBSBAWM, E. **A era dos extremos: o breve século XX**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

PEREIRA, A. W. **Ditadura e repressão: o autoritarismo e o Estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina**. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

POULANTZAS, N. **O Estado, o poder e o socialismo**. 1 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

POULANTZAS, N. **Poder político e classes sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.